



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - FAJS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA FINAL
PROFESSORA ORIENTADORA: MARIA HELOISA C. FERNANDES

DIREITO A EMIGRAR: O CASO DOS BRASILEIROS NO PARAGUAI

Brasília
2010

GUSTAVO ASSENÇO TIAGO

**DIREITO A EMIGRAR: CASO DOS BRASILEIROS NO
PARAGUAI**

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Professora Orientadora: Maria Heloisa C. Fernandes

Brasília

2010

Gustavo Assenço Tiago

**DIREITO A EMIGRAR: OS BRASILEIROS NO PARAGUAI
COMO ESTUDO DE CASO**

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Professora Orientadora: Maria Heloisa C. Fernandes

Banca Examinadora

Professora Maria Heloisa
Orientador

Professor
Examinador

Professor
Examinador

Brasília
2010

A minha lindona namorada, companheira que acredita em mim, sempre está ao meu lado, presente de Deus na minha vida.

Te amo demais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu maravilhoso e amado Deus pela vida, saúde e principalmente pela força de vontade para a conclusão deste curso.

Agradeço aos meus pais e minha irmã, pelo apoio e amor em todos os momentos. Os maiores pais do mundo e a mais linda irmã.

Agradeço aos amigos, colegas de curso e professores.

Agradeço a minha professora orientadora Maria Heloisa pelo apoio e auxílio na conclusão dessa monografia.

*"Minha alma glorifica o Senhor
e o meu espírito se alegra em deus, meu Salvador.
porque pôs os olhos na humildade da sua serva:
de hoje em diante me chamarão bem aventurada todas as gerações.
o todo-poderoso fez em mim maravilhas:
santo é o seu nome.
a sua misericórdia se estende de geração em geração
sobre aqueles que o temem.
manifestou o poder do seu braço
e dispersou os soberbos.
derrubou os poderosos de seus tronos
e exaltou os humildes.
aos famintos encheu de bens
e aos ricos despediu de mãos vazias.
acolheu a Israel, seu servo,
lembrado da sua misericórdia,
como tinha prometido a nossos pais,
a Abraão e à sua descendência para sempre
glória ao pai e ao filho
e ao espírito santo,
como era no princípio,
agora e sempre."*

Magnificat

RESUMO

O indivíduo emigrante, independente de onde esteja, possui direitos que não devem ser quebrados ou ignorados. Antes devem ser protegidos tanto pelo país de origem quanto pelo país que o recebe. Além do Estado, organizações de direitos humanos, organizações não governamentais (ONGs) e sociedade trabalham juntos para esse fim. O presente trabalho discorre sobre essas questões, iniciando com breve contextualização acerca dos direitos humanos e o direito de emigrar. Em seguida, aborda os instrumentos de implementação dos direitos humanos e os papéis da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Por último, este trabalho apresenta a situação dos “brasiguaios”. Naturalmente há no mundo maior consciência acerca da proteção dos emigrantes. Mais conquistas, no entanto, só serão alcançadas com mudança de mentalidade, priorizando a ordem humanitária em relação à econômica ou financeira. Esse é um dos maiores desafios do mundo globalizado moderno.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Brasileiros no Paraguai, Emigrantes.

ABSTRACT

The emigrant, wherever he is, can't have his rights broken or forgotten. They have to be protected by the country where they are from and by the others that accept them. Besides the State, Human rights Organizations and Non Governmental Organizations work together to this purpose. This work presents these questions: to start, it has a brief discussion on human rights and the right to emigrate. Afterwards, talks about human rights instruments and the work of the United Nations Organization (UN) and American States Organization (ASO). To finish, this work presents the situation about "brasiguaios". Nowadays, there is, around the world, more conscience about the subject of the protection of emigrants. These conquests, however, will only be get with a change of mentality, making humanitarian tasks a priority above economical and financial orders. It's one of the biggest challenges of the globalized modern world.

Key words: Human Rights, Brazilian in Paraguay, Emigrants.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CNUDH – Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos

CCPH – Comitê de Direitos Humanos

CESCR – Comitê para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

CERD – Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial

CEDAW – Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres

CAT – Comitê contra a Tortura (CAT),

CRC – Comitê para os Direitos da Criança

CMW – Comitê para os Trabalhadores Migrantes

CDH – Conselho dos Direitos Humanos

CNPD – Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

DUDH – Declaração Universal Dos Direitos Humanos

IIDH – Instituto Interamericano de Direitos Humanos

IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIM – Organização Internacional para as Migrações

UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas para o Brasil

OHCHR – Office of the High Commissioner for Human Rights

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O direito de emigrar.....	13
2 O direito de emigrar nos Instrumentos de Implementação de Proteção dos Direitos Humanos.....	22
2.1 A Organização das Nações Unidas (ONU)	22
2.2 A Organização dos Estados Americanos (OEA)	29
2.2.1 Exemplos de consultas à Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	33
2.2.1.1 A Opinião Consultiva 16 (OC. 16)	33
2.2.1.2 A Opinião Consultiva 18 (OC. 18)	34
3 O direito de emigrar: Os brasileiros no Paraguai.....	36
3.1 Histórico da imigração brasileira no Paraguai	38
3.2 Os “brasiguaios”	41
3.3 Confrontos entre “brasiguaios” e paraguaios	44
3.4 A identidade “brasiguai”.....	48
3.5 Políticas públicas e organizações internacionais	49
3.6 Legislação e tratados Brasil e Paraguai no âmbito dos direitos humanos	50
Conclusão	53
Referências	55

INTRODUÇÃO

O tema a ser trabalhado está relacionado aos Direitos Humanos com foco no direito de emigrar. É sabido que se trata de um direito fundamental, muitas vezes, desrespeitado pelos países que primeiramente se preocupam com a sua soberania, esquecendo de princípios basilares dos direitos humanos.

Os artigos 13 e 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos garantem e legitimam o direito de emigrar. Neles se afirmam que toda pessoa tem o direito de livre circulação e de escolher sua residência no interior de um Estado. Consagra também que toda pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra e, se quiser, regressar ao seu país de origem. Além disso, toda pessoa que sofre perseguição tem o direito de procurar e de se beneficiar de asilo em outros países.

Hoje há uma maior quantidade de pessoas circulando pelo mundo, por isso os direitos do emigrante devem ser garantidos no território recebedor. Fazendo com que as pessoas nacionais do país vejam o emigrante como uma pessoa que pode trazer muitos benefícios ao país na qual ele deposita esperanças de realizar muitos sonhos, que no seu país de origem não conseguiu realizar.

No contexto de luta e compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e efetivação dos direitos humanos dos migrantes; é preciso se reconhecer o novo, difícil e conflitivo papel dos Estados Nacionais e das políticas sociais em relação aos processos internacionais e internos de distribuição da população no espaço, cada vez mais desigual e excludente; há que se tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local; há que se considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global.

As migrações nacionais ou internacionais são uma realidade social. Trata-se de um tema, que deve merecer toda atenção dos governos, da sociedade, dos organismos internacionais, das igrejas e das organizações sociais. O emigrante tem sua riqueza e valores. Ele busca caminhos, alternativas e possibilidades de construção positiva, uma valorização da mobilidade, ou seja, a promoção de uma cultura que recupere todas as riquezas relativas ao movimento migratório.

Diante do exposto, independente de onde esteja, o indivíduo emigrante possui direitos que não devem ser quebrados ou ignorados. Antes devem ser protegidos tanto pelo país de origem quanto o país que o recebe. Surge então a seguinte questão: Como as organizações de direitos humanos podem atuar para garantir que esses direitos sejam preservados? Com vistas a responder à indagação, utiliza-se a situação dos “brasiguaios” no Paraguai como estudo de caso para a discussão.

No primeiro capítulo é apresentada uma breve contextualização sobre os direitos humanos e o direito de emigrar. No segundo capítulo os instrumentos de implementação dos direitos humanos e os papéis da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). E no terceiro capítulo a exposição sobre a situação dos “brasiguaios” sob o aspecto dos direitos humanos. Tendo como base levantamento bibliográfico dos principais autores que tratam sobre o tema e os mais recentes trabalhos sobre os “brasiguaios”, além de pesquisas na internet e outras fontes de dados.

1 O DIREITO DE EMIGRAR

Como explica Cavarzere (2001) o homem, como ser social, tem impresso em sua natureza o desejo incontido de movimentar-se, de explorar o desconhecido. Portanto a migração em massa não é um fenômeno recente. Todos os movimentos migratórios passados deram origem a quase todas as nacionalidades ora existentes.

Na opinião de Cavarzere (2001, p. 9):

Movimentos populacionais em resposta ao crescimento demográfico, ao desenvolvimento econômico, às mudanças climáticas e o aumento dos mercados sempre fizeram parte da história da humanidade. Da mesma forma, as guerras, conquistas, a formação de novos estados e a violação de direitos humanos conduziram os povos às migrações forçadas ou voluntárias.

Assim houve uma época em que o movimento migratório em torno do mundo foi tido como fenômeno temporário, resultado ou de desastres naturais ou de guerras. Segundo ele, atualmente se reconhece que o trânsito de pessoas de um país para outro constitui característica permanente da passagem global; “Seja pelas causas de ordem econômica e social, seja pelas de ordem econômica e social, hoje preponderantes, o homem nunca parou de circular pelo mundo” (Cavarzere, 2001, p. 8).

Castro (2001, p.20) esclarece que a história indica que as migrações não têm um comportamento linear, variando segundo conjunturas políticas e econômicas. E,

Contudo, os analistas modernos apostam mais na intensificação dos fluxos, quer pelas mudanças no mundo do trabalho, quer pela maior circulação do capital e aumento das desigualdades sociais; e, entre nações, tomando relativo o alcance das medidas restritivas, como as de controle de fronteiras. De fato, um dos traços do movimento de população é seu condicionamento por outros processos, o que lhe empresta variabilidade quanto a interações.

Mesma opinião de Robert Kurz (2005) que afirma que o fenômeno migratório atual alcança uma dimensão global, estando essencialmente relacionado à crise do sistema capitalista, incapaz de promover nas periferias o mesmo padrão de vida e consumo dos países desenvolvidos.

Rodriguez (2001, p. 46) complementa ao afirmar que:

Nas duas últimas décadas e com mais força nos anos 90, o continente americano tem sido testemunha de dois processos de múltiplas dimensões que mantêm um alto ritmo de crescimento, mas que transitam em forma paralela e até contrária em algumas ocasiões, ainda que estreita a sua vinculação. Nos referimos de um lado, ao desenvolvimento de diferentes mecanismos de integração econômica com a liberação do comércio e investimentos, e por outro lado, ao aumento acelerado da migração documentada e não documentada, incluindo refugiados, assim como a circularidade migratória e a evolução de comunidades transnacionais.

De acordo com Sassen (2002, apud CASTRO, 2001) a emergência do regime de direitos humanos torna o indivíduo, independentemente da nacionalidade, um possuidor de direitos. O que indicaria que o Estado deixa de ser o exclusivo sujeito de leis internacionais. O indivíduo, ainda que não com tanta força, emerge também como sujeito.

Segundo Garcia (2009, p. 23) nessa época a proteção dos direitos humanos, essencialmente, restrita a aspectos específicos, agravava-se na impossibilidade de ser efetiva devido ao fato da soberania ser vista como um verdadeiro anteparo a qualquer tentativa de aferição do tratado dispensado pelos Estados aos seus nacionais. E ainda, “o direito internacional continuava a ser direcionado aos Estados, não aos indivíduos. Esse quadro sofreu sensíveis mudanças com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU).”

Para Hauser (2002) no período anterior à criação da Organização das Nações Unidas, a proteção dos direitos humanos estava reservada essencialmente aos direitos internos dos Estados. Por isso, 1945 possui uma importância especial, já que no texto do tratado constitutivo da ONU se inclui várias cláusulas de direitos humanos, e

se produz o fenômeno da “internacionalização” dos mesmos. A partir desse momento, a matéria relativa aos direitos humanos não mais pertence de forma exclusiva à jurisdição interna dos Estados, mas passa a constituir uma matéria de interesse internacional.

Como Mazzouli (2010) esclarece, a finalidade dos tratados internacionais de direitos humanos é oposta à dos tratados comuns, já que não têm por missão a salvaguarda dos direitos dos Estados em suas relações recíprocas, mas a proteção dos direitos das pessoas que a esses Estados se submetem.

Segundo Cavarzere (2001, p. 56) no fim do século XIX e no começo do século XX ecoam os primeiros rumores de um mundo sem fronteiras nos tempos modernos. Porém, “com a Primeira Guerra Mundial, a efetividade de direito de ir e vir foi seriamente abalada. A liberdade de circulação de pessoas, considerada grande conquista do século XIX, desapareceu completamente.”

No intervalo entre as duas guerras mundiais, muitos Estados celebraram tratados bilaterais como paliativo a esse quadro de inúmeras restrições, que estabeleciam entre ele, o direito de acesso ao território uns dos outros. E “ao fim da Segunda Guerra Mundial, semelhantemente ao que aconteceu quando acabou a Primeira, um espírito de liberdade se expandiu por todos os âmbitos.” (Cavarzere, 2001, p. 58).

Dessa forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 10 de dezembro de 1948, “foi indubitavelmente a precursora para a readmissão, pelos Estados, do velho princípio da liberdade de circulação internacional dos indivíduos, bem como para o seu reconhecimento como regra jurídica” (Cavarzere, 2001, p. 62).

Os artigos 13 e 14 da Declaração garantem e legitimam o direito de migrar. Portanto, toda pessoa tem o direito de livre circulação e de escolher sua residência no interior de um Estado. Consagra também que toda pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra e se quiser regressar ao seu país de origem.

Além disso, toda pessoa que sofre perseguição tem o direito de procurar e de se beneficiar de asilo em outros países.

Leão (2005, p. 243) esclarece que o emigrante não perde seus direitos ainda que esteja em outro país, inclusive sendo tratado de maneira igual aos nativos do país onde se encontra:

Permite-se afirmar que os deslocados gozam dos mesmos direitos, que tem as outras pessoas de um país. No documento “Princípios Básicos”, trata-se também do retorno, deslocamento e reintegração dos deslocados e a outra idéia que sempre os deslocados não podem perder seus direitos básicos com o deslocamento, podendo usar tantos os Direitos Humanos, como o Direito Humanitário para proteger seus direitos.

Por isso, o autor destaca o princípio da não discriminação, de grande importância no âmbito da Declaração Universal dos Direitos Humanos de algumas Convenções das Nações Unidas, no sentido de que este suficiente desenvolvimento pela doutrina e pela jurisprudência internacional até a data, princípio básico para a proteção da pessoa humana.

Então em qualquer hipótese ou circunstância, os emigrantes têm direito ao gozo e respeito aos seus direitos humanos fundamentais como a vida, a integridade física, a privacidade, a liberdade de pensamento, a não ser detido arbitrariamente. Como cidadão, o migrante ainda tem direitos específicos, consagrados nos instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pela maioria dos países, entre os quais o de não ser discriminado por sua etnia, nacionalidade ou religião, migrar legalmente e não ser expulso coletiva ou individualmente do país sem o devido processo legal.¹

Assim os indivíduos passam a ser sujeitos do direito internacional, dotados de direitos e liberdades inalienáveis, pelo qual cabe ao Estado respeitá-los e

¹ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Políticas públicas para as migrações internacionais**: Migrantes e refugiados. In: MILESI, Rosita (Org). 2 ed. Brasília, 2008.

proporcionar os instrumentos que propiciem seu pleno desfrute. Contudo, como explica Hauser (2002, p. 121), “persiste o grande paradoxo que vive os direitos humanos no mundo atual, no sentido de que ainda haja experimentado um grande avanço teórico em sua proteção internacional, na ordem prática ocorrem gravíssimas violações a esses direitos.”

Cavarzere (2001, p. 63) concorda ao afirmar que a aceitação quase universal do direito e vir não tem denotado na prática liberdade de deslocamentos internacionais, “uma vez que restrições à emissão de passaporte, além de decisões administrativas arbitrárias dos Estados, podem subtrair ao cidadão a oportunidade de viajar, emigrar ou até mesmo retornar à sua casa.”

Além dessas, o autor afirma que há outras limitações, prescritas pela lei, nas quais as hipóteses de ocorrer discriminação ficam reduzidas, claro que apenas válidas quando fruto de ações do governo ou de autoridades públicas dos Estados.

O parágrafo terceiro do artigo 12 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e políticos enumera quais seriam essas limitações: segurança nacional, ordem pública, saúde pública, moral pública, direitos e liberdades de terceiros, compatibilidade com os demais direitos reconhecidos no Pacto, incapacidade legal e o conhecimento profissional.

A Declaração dos Direitos Humanos também traz em seu artigo 29 a disposição acerca do exercício de seus direitos e do desfrute de liberdades conferidas à todas as pessoas, contudo sujeitas às limitações estabelecidas pela lei como explica Leão (2005, p. 245):

Com a única finalidade de assegurar o respeito dos direitos e liberdades dos demais, e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem estar de uma sociedade democrática. Estes direitos e liberdades não podem, em nenhum caso, ser exercidos em oposição com os propósitos e princípios das Nações Unidas.

Portanto, como afirma Cavarzere (2001, p. 72), “as restrições ao direito de ir e vir baseadas nesses itens podem abrir precedentes para que os Estados criem legislações que dificultem a livre circulação internacional de pessoas.”

E segundo Cançado Trindade (2001) é o que ocorre já que alguns Estados de certa forma não aceitam esse direito ao recorrer a medidas de vigilância das fronteiras, pois as políticas migratórias, em geral, se caracterizaram como políticas de controle. Em lugar de políticas populacionais, os Estados exercem melhor a função policial de proteger suas fronteiras e de controlar os fluxos migratórios, penalizando os migrantes irregulares.

Ainda que saibam da necessária mão-de-obra emigrante para o desenvolvimento de suas sociedades, implementam legislações e conceitos políticos que estimulam o preconceito e a discriminação sobre os migrantes, chegando, em alguns casos, à sua criminalização ao tratá-los como potenciais terroristas. O autor cita, por exemplo, que depois dos atentados de Nova York, aumentou-se o clima de desconfiança e suspeita em relação a todos - os estrangeiros, que na sua maioria procuram melhores condições de vida.

Boucault (2002, p. 54) concorda ao afirmar que o cidadão estrangeiro tem seu *status* limitado quanto ao exercício de direitos em relação ao estado em que esteja residindo.

A depender do modelo estatal e do viés político dos segmentos sociais, os conflitos e tensões tendem ao acirramento, originando atitudes discriminatórias, excludentes contra o estrangeiro, principalmente nas hipóteses de atestados nacionalistas ou que vivenciam crises econômicas em nível interno, particularmente no campo de mão-de-obra e política de pleno emprego.

Segundo ele um grande número de emigrantes trabalha em condições de marginalização, sem direitos reconhecidos, exercendo funções subalternas e degradantes, constituindo-se mão de obra barata, carreando benefícios econômicos aos países receptores.

A globalização apresenta aspectos positivos como proporcionar maior aproximação entre os países, proximidade de culturas, abertura de algumas fronteiras econômicas, desenvolvimento tecnológico nas áreas de transporte e comunicação, oportunidade de formação intercultural, entre outros. Mas, na prática, esses aspectos ficam num segundo plano, não são considerados diante da predominância do enfoque econômico das relações entre os países.²

Para Boucault e Malatian (2003) a desigualdade econômica contribui para o aumento dos deslocamentos populacionais que ultrapassam os limites políticos e geográficos dos países, levando aos deslocamentos além das fronteiras. Com isso o grande desafio é garantir instrumentos legais, administrativos e informações sobre migração que contribuam para minimizar o problema da ilegalidade das migrações internacionais, ampliando a perspectiva da livre circulação de trabalhadores, em espaços cada vez mais livres pela circulação de capital, bens e serviços.

Por isso, Milesi e Marinucci (2008, p. 19) ressaltam que as migrações, nacionais ou internacionais são uma realidade social e não um problema e que ocupar-se do tema é olhar para o ser humano migrante com sua riqueza e valores. “É buscar caminhos e oferecer alternativas e possibilidades de construção de uma abordagem positiva, uma “valorização” da mobilidade, ou seja, a promoção de uma “cultura” que recupere todas as riquezas inerentes ao movimento migratório.”

Almeida (2008, p. 13) completa ao afirmar que as migrações representam um fenômeno transversal que possui múltiplas dimensões como controle de fronteiras, direitos humanos e cidadania. “Portanto a construção de políticas e medidas voltada para migrações deve envolver todos os atores governamentais e não governamentais que têm atuação com o tema, para que sejam sustentáveis.”

² ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Políticas públicas para as migrações internacionais: Migrantes e refugiados. In: MILESI, Rosita (Org). 2 ed. Brasília, 2008.

Hoje a migração internacional é uma das manifestações mais diretas, evidentes e expressivas do processo de globalização como explica Ávila (2005, p. 93):

Aproximadamente 175 milhões de pessoas residem em nações diferentes do país de origem, isto é, habitam em algum país receptor de imigrantes. Note-se que cerca de 40 milhões daqueles migrantes nasceram ou são descendentes de famílias procedentes de algum país da América Latina e do Caribe. Consequentemente, trata-se de fenômeno de alcance global, complexo e altamente significativo.

De acordo com o autor em fases anteriores ao processo de globalização, os deslocamentos de população acompanharam o desenvolvimento de contatos e fluxos capitais, comércio, tecnologias e valores.

Porém, como explicam Milesi e Marinucci (2008), o fenômeno migratório contemporâneo, por sua intensidade e diversidade, está cada vez mais complexo, principalmente em relação às suas causas. Dentre elas, destacam-se as transformações ocasionadas pela economia globalizada, as quais levam ao aumento dos povos, países e regiões e sua luta pela sobrevivência e a mudança demográfica em curso nos países de primeira industrialização. Além do aumento das desigualdades entre os países do Norte e Sul e barreiras protecionistas que não permitem aos países emergentes colocarem os seus produtos competitivos no mercado.

Somado a isso, o aumento dos conflitos e das guerras, o terrorismo, os movimentos marcados por questões étnico-religiosas, a urbanização acelerada, a busca de novas condições de vida nos países centrais, por trabalhadores da África, Ásia e América Latina.

E por fim, questões ligadas ao narcotráfico, à violência e o crime organizado são fatores decisivos na caracterização dos problemas atuais e da questão migratória de forma contrária aos migrantes.

Os migrantes revelam a dimensão negativa do celebrado processo de globalização. São denúncias vivas da desigualdade. Seus deslocamentos são

causados pela exclusão cada vez maior de um sistema essencialmente economicista, que os priva de seus direitos e os mantém a margem da inclusão social nos países para os quais se dirigem. Por outro lado, os migrantes também são portadores de novas geografias possíveis e reformadoras, porque exigem de uma sociedade pretensamente homogênea, respostas à diferença, à diversidade cultural.³

De outra forma, como apontam Milesi e Marinucci (2008), vários relatórios de organismos internacionais e multilaterais frisaram a importância das migrações tanto para os países de entrada, quanto para os países de chegada em questões como as remessas financeiras, o capital social, o envelhecimento das populações dos países mais ricos, a necessidade de mão-de-obra em determinados setores das economias desenvolvidas, a contribuição dos empreendedores estrangeiros no Produto Interno Bruto (PIB) de vários países, dentre outros.

Milesi e Marinucci (2008, p. 39) afirmam que as migrações, portanto, podem contribuir positivamente para o futuro da comunidade e para o desenvolvimento econômico e social dos países:

O fenômeno das migrações internacionais aponta para a necessidade de repensar-se o mundo não como base na competitividade econômica e o fechamento das fronteiras, mas, sim, na cidadania universal, na solidariedade e nas ações humanitárias.

De acordo com os autores o desafio da construção de políticas eficazes está na capacidade do Estado de olhar para os rostos dos homens e mulheres migrantes, para suas identidades particulares, com seus projetos migratórios específicos. A promoção dos Direitos Humanos mostra que o reconhecimento dos migrantes, como sujeitos que constroem a própria história e que não podem ser reduzidos a simples números, dados ou fontes de remessas.

³ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Políticas públicas para as migrações internacionais**: Migrantes e refugiados. In: MILESI, Rosita (Org). 2 ed. Brasília, 2008.

2. O DIREITO A EMIGRAR NOS INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Após explanação sobre a evolução dos direitos humanos no capítulo anterior, neste são apresentados a história, o funcionamento e os papéis da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), na salvaguarda e preservação, por parte dos países membros, dos direitos humanos.

2.1 A Organização das Nações Unidas (ONU)

A Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional. É constituída por seis órgãos principais: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Secretariado e a Corte Internacional de Justiça. Todos eles estão situados na sede da ONU, em Nova York, com exceção do Tribunal, que fica em Haia, na Holanda.

Fundada em 1945, sob a Carta das Nações Unidas, a Assembléia Geral ocupa um lugar central como chefe deliberativo, política e órgão representante das Nações Unidas. A Assembléia é composta por 192 Estados Membros das Nações Unidas, e constitui um fórum multilateral de discussão de toda a gama de questões internacionais no âmbito da Carta. Também desempenha um papel importante no processo de estabelecimento de padrões e codificação do direito internacional. A Assembléia, realizada em uma única sessão regular intensivo cada ano, de setembro a dezembro, ou mais se necessário.

Segundo informações da própria ONU, o Conselho de Segurança (CS) é o órgão da ONU responsável por garantir a paz mundial. É formado por 15 países,

que avaliam se existe alguma ameaça internacional e decidem como contê-la. Em alguns casos, a decisão tem força de lei, ou seja, não pode ser contestada pelos países da Organização das Nações Unidas. Isso vale para embargo econômico (como foi feito contra o Iraque em 1991, por ter invadido o Kuwait) e intervenção militar (foi o que aconteceu durante a Guerra da Coréia, nos anos 50).

Já o Conselho Econômico e Social é conhecido pela sigla ECOSOC. Ocupa-se de problemas econômicos, tais como o comércio, os transportes, a industrialização e o desenvolvimento econômico, e de questões sociais, que incluem a população, as crianças, a habitação, a segurança social, a juventude, o ambiente humano, a alimentação, etc. Também formula recomendações sobre a forma de melhorar as condições da educação e da saúde e de promover o respeito e a observância dos direitos e liberdades das pessoas, em todo o mundo. O ECOSOC tem cinquenta e quatro Estados Membros, todos eles eleitos pela Assembléia Geral por períodos de três anos.

O Conselho de Tutela é constituído pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança – China, Estados Unidos da América, Federação Russa, França e Reino Unido. Conselho de Tutela suspendeu formalmente as operações em 01 de novembro de 1994. O Conselho alterou o seu regimento, de modo a eliminar a obrigação de se reunir anualmente e acordou em reunir-se quando as situações o exigissem, por sua decisão ou por decisão do seu Presidente ou a pedido de uma maioria de membros da Assembléia Geral ou do Conselho de Segurança. Cabe ao Conselho de Tutela a supervisão da administração dos territórios sob regime de tutela internacional. As principais metas desse regime consistiam em promover o progresso dos habitantes dos territórios e desenvolver condições para a progressiva independência e estabelecimento de um governo próprio. Com a independência do Palau, o último território sob tutela das Nações Unidas, o Conselho suspendeu formalmente as suas atividades no dia 1º de Novembro de 1994.

O Secretariado, chefiado pelo Secretário-Geral, é formado pelo pessoal das Nações Unidas, que desempenha as suas tarefas diárias. O Secretário-Geral é o

mais alto funcionário das Nações Unidas. É nomeado pela Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança, para um mandato de cinco anos. É responsável pelo bom funcionamento da Organização.

E por último, a Corte Internacional de Justiça (CIJ), principal órgão judicial das Nações Unidas (ONU). Composta por 15 juízes, que são eleitos para mandatos de nove anos pela Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, resolve disputas legais entre os Estados Partes e emite opiniões consultivas com as Nações Unidas e suas agências especializadas. Apenas os Estados podem ser partes em processos perante o Tribunal de Justiça. As pessoas físicas e jurídicas e as organizações internacionais não podem recorrer ao Tribunal. A Assembleia Geral e o Conselho de Segurança podem solicitar pareceres consultivos à CIJ sobre qualquer questão jurídica. Outros órgãos das Nações Unidas e agências especializadas, com a autorização da Assembleia, podem solicitar pareceres consultivos sobre questões jurídicas surgidas no âmbito das suas atividades.

De acordo com Gianella e Castanheira (2009) a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945 em meio à grande expectativa, em especial quanto a sua atuação no campo da promoção e defesa dos direitos humanos, devido aos vários incidentes de violação de direitos humanos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial. Desse modo, formou-se na ONU, já em 1946, a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CNUDH).

A Comissão era composta por representantes de 53 estados-membros, que se reuniam todos os anos em sessão ordinária, durante seis semanas, entre Março e Abril, em Genebra. A CNUDH tinha como atribuições examinar, vigiar e fazer relatório público sobre a situação dos direitos humanos em países ou territórios específicos (conhecidos como mecanismos ou mandatos de país), bem como sobre os principais fenômenos mundiais relacionados com a violação dos direitos humanos (mecanismos ou mandatos temáticos).

A CNUDH tinha a responsabilidade de fazer propostas, recomendações e relatórios ao Conselho Econômico e Social sobre os seguintes assuntos: declarações e convenções internacionais sobre direitos civis; direitos das mulheres; liberdade de informação e matérias similares; proteção de minorias; prevenção da discriminação com base na raça, sexo, língua ou religião e quaisquer outros assuntos relativos a direitos humanos.

Segundo Gianella e Castanheira (2009) era nessa Comissão que se desenvolviam mecanismos extraconvencionais para a proteção dos direitos humanos com a elaboração de um programa mínimo que os Estados-membros da ONU devem obedecer, não havendo necessidade de serem assinados Tratados ou Pactos. As reclamações sobre as violações de direitos humanos apresentadas são analisadas, podendo-se ao seu final serem criadas Resoluções que ocasionem tomadas de providências por parte dos Estados membros, no sentido de se evitar ou paralisar as violações denunciadas. Também há os denominados mecanismos convencionais de proteção dos direitos humanos, inseridos nos Tratados, assinados ou ratificados pelos Estados, podendo-se citar especialmente o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Porém, a (CNUH) foi substituída pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), criado em 3 de abril de 2006, pela Resolução 60/251 com o objetivo de promover o respeito universal pela proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as pessoas, sem distinção de nenhum tipo e de maneira justa e igualitária.

A substituição se fez necessária por causa das fragilidades e características, ainda que a atuação da Comissão de Direitos Humanos tenha sido de fundamental importância pela própria ONU como se afirma na Resolução da Assembleia Geral 60/251: “Reconhecendo o trabalho realizado pela Comissão de Direitos Humanos e a necessidade de preservar suas realizações e seguir avançando sobre a base destes valores e corrigir suas deficiências”.

Portanto o Conselho de Direitos Humanos veio sanar essas debilidades, dentre elas inclui-se a eleição dos membros e a prática de dois pesos e duas medidas.

Segundo informações do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNRIC Rio de Janeiro) a resolução que cria o Conselho salienta a importância de acabar com a prática de dois pesos e duas medidas, um problema que muito prejudicou a Comissão. Assim, o Conselho terá também um novo mecanismo periódico de análise que lhe dará - e também ao mundo - a oportunidade de examinar a atuação de todos os 191 Estados-membros das Nações Unidas. Ao contrário do que acontecia antes, nenhum país poderá escapar a essa investigação. Isto promete ser um forte instrumento para os defensores dos direitos humanos em nível mundial.

Antes os membros da Comissão eram escolhidos longe dos olhares do público e, depois, "eleitos" por aclamação. Hoje é diferente. Os membros do Conselho de Direitos Humanos tiveram que competir por assentos e os candidatos bem sucedidos precisaram conseguir o apoio da maioria dos Estados-membros, numa votação secreta. Pela primeira vez, os candidatos comprometeram-se voluntariamente a promover e respeitar os direitos humanos, devendo cumprir esse compromisso, sob pena de serem suspensos como membros do Conselho.

De acordo com o UNRIC, o trabalho do CDH também ganha em agilidade, pois as reuniões passam a ocorrer ao longo do ano. O programa de seis semanas da Comissão prejudicava seriamente a sua eficácia e flexibilidade. Graças a esse tempo suplementar, o Conselho poderá levar a cabo iniciativas preventivas, para evitar que situações de tensão se transformem em crises, e responder rapidamente a novas crises na área dos direitos humanos.

Porém Lúcia Nader, coordenadora de Relações Internacionais da Conectas Direitos Humanos e Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, demonstra preocupação quanto à atuação do CDH.

À luz das intensas negociações e dos duros embates ocorridos durante a fase de construção institucional, percebe-se que o Conselho de Direitos Humanos não está a salvo dos problemas que afetaram a credibilidade de seu predecessor. Há sinais de que a excessiva politização e a prevalência de interesses outros que não a promoção e a proteção dos direitos humanos na definição dos posicionamentos dos países podem ter sido herdadas da Comissão de Direitos Humanos.

A herança da Comissão não será esquecida em todos os sentidos, pois:

É verdade que uma mudança puramente institucional não basta. Para que tenha um verdadeiro impacto, os membros do novo Conselho devem estar dispostos a olhar além dos seus interesses políticos imediatos e a aderir à causa da proteção dos direitos humanos em todo o mundo. Isso exigirá da parte de todos eles vontade política e uma liderança assente em princípios. Exigirá também o empenho da sociedade civil e do público em velar para que os membros estejam à altura dos compromissos assumidos.

O Conselho de Direitos Humanos (OHCHR) é um órgão intergovernamental composto por 47 Estados responsáveis por fortalecer a promoção e proteção dos direitos humanos ao redor do mundo. A distribuição de assentos é feita de acordo com uma representação geográfica equitativa (13 do Grupo dos Países Africanos; 13 do Grupo dos Países Asiáticos; 7 do Grupo dos Países do Leste Europeu; 8 do Grupo dos Países da América Latina e do Caribe; e 7 do Grupo dos Países da Europa Ocidental e Outros).

Segundo consta na Resolução da Assembleia Geral 60/251, o Conselho será responsável por promover:

O respeito universal e a proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos. Para isso, analisará as violações de direitos, promoverá assistência e educação na área dos direitos humanos, ajudará a desenvolver o direito internacional nesta esfera, analisará a atuação dos Estados-membros, se esforçará para evitar abusos, responderá a situações de emergência e servirá de fórum internacional para o diálogo sobre questões de direitos humanos.

Como informa Lúcia Nader, a Resolução 60/251 também prevê que o status do Conselho dentro do organograma da ONU será revisto em 2011, podendo

tornar-se um dos seus principais órgãos, ao lado do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social. Destaca-se que:

Essa mudança de estrutura, mais do que simbólica, evidenciaria a interdependência entre direitos humanos, desenvolvimento e paz. Tal revisão será sem dúvida um bom índice de avaliação dos cinco primeiros anos de trabalho do Conselho que, até lá, deverá provar-se efetivo no combate às violações dos direitos humanos, onde quer que elas ocorram.

De acordo com dados da ONU, foram adotados, pelo Conselho tratados internacionais sobre direitos humanos, dentre eles nove se destacam: Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Punições Cruéis, Desumanos e Degradantes, Convenção sobre os Direitos da Criança, Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Convenção Internacional para Proteger todas as Pessoas de Desaparecimentos Forçados, a última ainda não entrou em vigor e não foi ratificada pelo Brasil.

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, todos os Países-Membros da ONU ratificaram pelo menos um destes instrumentos e 80% ratificaram quatro deles ou mais. Além destes nove instrumentos existem dezenas de outros tratados na área de direitos humanos. O *status* legal destes instrumentos varia: são declarações, princípios, regras e recomendações que não são legalmente obrigatórios, mas que possuem um inegável poder moral e guiam os Estados em suas políticas locais na área de direitos humanos. Já os tratados, estatutos, pactos, protocolos e convenções são legalmente obrigatórios para aqueles Estados que os ratificaram.

Para monitoração da implementação dos direitos estabelecidos em cada um dos nove tratados internacionais citados, foram criados sete comitês: Comitê de Direitos Humanos (CCPR), Comitê para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR), Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), Comitê contra a Tortura (CAT), Comitê para os Direitos da Criança (CRC), Comitê para os Trabalhadores Migrantes (CMW). Ainda não foi criado o comitê para Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, já que acaba de entrar em vigor.

Segundo a ONU, estes comitês são responsáveis por avaliar os relatórios dos Estados-Parte destes tratados internacionais já que, quando um país ratifica algum destes documentos assume a obrigação legal de implementar os direitos estabelecidos nesses tratados. Mas assinar o documento é somente o primeiro passo, já que somente isto não garante que os direitos sejam respeitados. Por isso, cada país deve submeter regularmente relatórios aos relativos comitês sobre como está sendo realizada a implementação de cada um destes direitos. Além de receber informações dos governos, os comitês podem receber informação sobre a situação dos direitos humanos dos países através de outras fontes, como organizações não-governamentais, agências da ONU, instituições acadêmicas ou da mídia. Após receber toda a informação, o comitê examina o relatório em conjunto com os representantes governamentais, e com base neste diálogo, publica suas denúncias e recomendações.

Alguns destes comitês também apuram denúncias de violações de direitos humanos através de três mecanismos: procedimentos investigativos, a análise de denúncias entre estados e a análise de denúncias individuais. Quatro dos comitês (CCPR, CERD, CAT e CEDAW) podem, sob certas condições, receber petições de indivíduos que acreditem que seus direitos estão sendo violados.

2.2 A Organização dos Estados Americanos (OEA)

A Organização dos Estados Americanos (OEA) é a mais antiga organização regional do mundo, remontando à Primeira Conferência Internacional

Americana, realizada em Washington (EUA), de outubro de 1889 a abril de 1890. Nessa reunião, foi aprovado o estabelecimento da União Internacional das Repúblicas Americanas. A Carta da OEA foi assinada em Bogotá em 1948 e entrou em vigor em dezembro de 1951 para obter entre seus Estados membros, como indica o Artigo 1º da sua Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”. Hoje a OEA compreende os 35 Estados independentes das Américas e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério.

Segundo Brito (2008), apesar de oficialmente criada em 1948, a Organização dos Estados Americanos, ou a idéia de uma comunidade continental que congregasse os Estados em busca de objetivos comuns, não surgiu naquele momento. O nascimento da OEA foi consequência de um longo processo de estreitamento de laços entre os países das Américas, que se iniciou com a primeira de nove Conferências Internacionais Americanas, em 1889, na cidade de Washington.

O autor esclarece que quase sessenta anos depois, em 1948, na cidade de Bogotá, a Nona Conferência Internacional Americana tinha como objetivo estruturar de forma definitiva o sistema interamericano. O final da Segunda Grande Guerra e a criação, logo em seguida, da Organização das Nações Unidas, certamente influenciaram os países do continente a tentar, finalmente, adotar alguns instrumentos que seriam essenciais à concretização do sistema, como a Carta da Organização dos Estados Americanos, que formalmente deu vida à OEA. Na mesma ocasião, foi adotada também a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

Cançado Trindade (2003, p. 32) refere-se a essa fase que precede a Organização dos Estados Americanos (OEA) como:

Uma época de instrumentos de conteúdo e efeitos jurídicos variáveis geralmente voltados a determinadas situações ou categorias de direitos: é o caso de convenções sobre direito de estrangeiros e de cidadãos naturalizados, convenções sobre asilo, convenções sobre direitos da mulher, de resoluções adotadas em Conferências Interamericanas sobre aspectos distintos da proteção dos direitos humanos e declarações

daquelas Conferencias contendo alusões à temática dos direitos humanos.

Gianella e Castanheira (2009) afirmam que a OEA foi reconhecida, como um grupo regional dentro da estrutura maior das Nações Unidas. O papel da OEA como organismo da ONU não é uma relação de subordinação, salvo no âmbito de manutenção da paz no mundo. A OEA é, ao contrário, órgão de aplicação dos objetivos da própria ONU, limitada às Américas. É composta por todos os Estados Americanos que ratificaram a Carta, e caso uma nova entidade política venha a se formar, deve ratificá-la para tornar-se membro. Por deliberação do órgão maior, um determinado Estado pode ser excluído da organização, opção criada na década de sessenta, quando os Estados Americanos, visando punir o governo socialista cubano, deliberaram seu afastamento, por incompatibilidade com os princípios e objetivos do sistema interamericano.

Como explicam as autoras os princípios básicos da OEA são dar aplicabilidade à Carta das Nações Unidas dentro do território americano nas questões referentes à paz, segurança, solução pacífica de disputas, solução de problemas políticos, jurídicos e econômicos, além da promoção de desenvolvimento econômico, social e cultural e hoje, com atenção especializada às questões relacionadas aos direitos humanos.

Segundo Brito (2008) o Sistema Interamericano de Direitos Humanos é bifásico, e conta com dois órgãos distintos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é composta por sete membros, de elevado caráter moral e reconhecida competência no campo dos direitos humanos, eleitos pela Assembléia Geral para mandatos de quatro anos, permitida uma reeleição. Os eleitos são representantes não de seus próprios países, mas de todos os Estados membros da OEA. Reúnem-se na sede da Comissão, em Washington, em pelo menos duas sessões ao ano.

De acordo com Gianella e Castanheira (2009) no desempenho de suas funções, a Comissão pode requisitar informações específicas aos países subscritores da Convenção, sobre o modo pelo qual sua legislação doméstica garante a efetiva aplicação das disposições que constam do Tratado Interamericano.

Anualmente, a Comissão elabora um relatório da Assembléia Geral da OEA, no qual avalia os progressos obtidos na consolidação dos Direitos Humanos, mostra países onde é preciso implementá-los e onde estão acontecendo às maiores violações, além de comunicar os casos de denúncias recebidas e as investigações feitas.

Para Brito (2008) essa é uma das características mais importantes da Comissão Interamericana: a possibilidade de postulação atribuída a qualquer pessoa, grupo de pessoas ou entidade não governamental. Alguém que sofra, presencie ou tome conhecimento de uma violação de direitos humanos pode efetuar denúncia diretamente ao órgão da OEA.

Já a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada em São José na Costa Rica, é uma instituição judicial autônoma da OEA criada em 1979 tendo em vista a aplicação e interpretação da Convenção Americana e outros tratados relativos ao mesmo processo. É composta de juristas da mais alta idoneidade moral e reconhecida competência em matéria de direitos humanos. A Corte julga somente aqueles países que expressamente aceitaram sua competência obrigatória e se submeteram à jurisdição daquele órgão colegiado.

A Corte Interamericana é formada por sete juízes, nacionais dos Estados que integram a OEA, eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral da Organização, para um mandato de seis anos, renovável apenas uma vez. Os indicados devem ser juristas de elevada autoridade moral e de clara competência no campo dos Direitos Humanos, nacionais dos Estados que os apresentem como candidatos. Não existe possibilidade de dois juízes terem a mesma nacionalidade.

Como explica Flávia Piovesan (2006), a Corte pode emitir parecer relativamente à interpretação da Convenção ou de qualquer outro tratado relativo à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos, bem como opinar sobre a compatibilidade de preceitos da legislação doméstica em face dos instrumentos internacionais.

Finalmente, no desempenho de sua função, a Corte pode receber solicitação de qualquer membro da OEA (e não apenas as partes do Pacto) e de órgãos da própria OEA (por exemplo, a Assembléia Geral, a Comissão Jurídica Interamericana ou organismos especializados) para formação de pareceres sobre interpretação de tratados de direitos humanos e sobre a igualdade de regras de direito interno com os tratados internacionais sobre a matéria.

2.2.1 Exemplos de consultas à Corte Interamericana de Direitos Humanos

De modo a ilustrar a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos e sem esgotar o assunto, o trabalho apresenta duas consultas realizadas por essa instituição.

2.2.1.1 A Opinião Consultiva 16 (OC. 16)

Segundo Leão (2009) a Opinião Consultiva 16 da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 1º de outubro de 1999 foi um marco no Direito internacional. A OC.16 aborda o fato de que os princípios de igualdade jurídica, de não discriminação, de proteção igualitária e de legalidade da lei tenham alcançado o crescimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos e de sua organização. O México com as considerações, fez originar a consulta, na qual os trabalhadores migrantes como o resto das pessoas, devem praticar os Direitos Humanos garantidos nos Estados onde residem. Entretanto, as fragilidades dos migrantes os tornam alvo fácil de violações de seus direitos. O México estava primeiramente preocupado com as contradições como por exemplo, os direitos trabalhistas, com critérios discriminatórios fundamentados na condição migratória dos trabalhadores dos trabalhadores sem documentos.

O autor esclarece que a Corte nessa decisão afirma que os Estados têm a obrigação de respeitar e garantir os direitos fundamentais. Nesse sentido devem adotar medidas positivas e evitar tomar iniciativas que limitem os direitos fundamentais e venham a restringir esses direitos. O não cumprimento dos Estados, pelo tratamento discriminatório, na qual existe a obrigação de respeitar e garantir os Direitos Humanos é suficiente para causar a responsabilidade internacional. Os Estados, sendo ou não parte de determinado tratado internacional, devem cumprir com o princípio de igualdade e não discriminação, um dos mais relevantes dos Direitos Humanos.

Ele continua ao explicar que a Corte em sua decisão destaca que a obrigação de respeitar e garantir os Direitos Humanos ligados aos Estados independe das situações e dos casos migratórios e coloca o direito ao devido processo legal dado aos migrantes com as suas garantias mínimas. A Corte também afirma que a pessoa pode ter o pleno exercício de seus Direitos Humanos, entre eles os trabalhistas. O migrante quando começa uma relação de trabalho, deve ter seus direitos reconhecidos e garantidos, independentes de sua situação regular ou irregular no país, direitos esses conseqüentes da relação de trabalho.

2.2.1.2 A Opinião Consultiva 18 (OC. 18)

De acordo com Leão (2009) a Opinião Consultiva 18, solicitada pelo México, aconteceu em 24 de fevereiro de 2003 gerou muito interesse e foi uma das mais concorridas da história. A OC. 18 trata de um assunto dramático e sensível para o povo latino americanos e estados da região: a migração. O drama vivido diariamente por milhares de mexicanos e de migrantes de outras nacionalidades, que tentam cruzar a fronteira com os Estados Unidos é de conhecimento mundial. Aqueles que conseguem cruzar a fronteira, quase sempre se encontram em condições migratória irregular nos EUA.

A OC. 18 acaba com o critério, que sugere restrições e reduções dos direitos das pessoas, quando ultrapassam as fronteiras do seu país e se mudam para o

estrangeiro, como se este trânsito modificasse o estatuto humano e não garantisse a dignidade, garantindo-se direitos e liberdades aos migrantes.

Segundo Leão (2009) ao adotar um entendimento centrado na indivisibilidade dos Direitos Humanos, a Corte contribuiu definitivamente para a afirmação da dignidade humana e dessa maneira ao fortalecimento do próprio sistema interamericano de proteção e ao direito internacional dos Direitos Humanos como um todo.

3. O DIREITO DE EMIGRAR: OS BRASILEIROS NO PARAGUAI

Ávila (2003) explica que, conforme relatórios das Nações Unidas, o número de pessoas que participam diretamente de tais correntes migratórias internacionais cresceu consideravelmente durante a segunda metade do século XX. Atualmente, por volta de 175 milhões de pessoas residem em países diferentes ao do nascimento. A Europa Ocidental, os Estados Unidos e certos países de Oceania – especialmente o caso da Austrália – são os principais destinos dos migrantes internacionais.

No caso da América do Sul não poderia ser diferente. Como esclarecem Villa e Martínez Pizarro (2001) essa é uma das regiões do mundo com maior intensidade de migrações internacionais, especialmente no sentido Sul-Norte.

Ávila (2005) complementa que a migração internacional no sentido Sul-Norte continuará sendo importante nas relações internacionais nas próximas décadas. Ele explica que durante a maior parte da sua história, a América do Sul foi uma região receptora de imigrantes europeus, asiáticos e africanos. No entanto, a partir do decênio de 1970, o subcontinente converteu-se em emissor de população com destino aos Estados Unidos e outros países do centro do capitalismo mundial.

Porém, Milesi e Marinucci (2008, p. 26), também apontam que a migração intra-regional é bastante significativa. “A região é caracterizada também por intensas migrações fronteiriças e limítrofes tanto com controles bastante rígidos, quanto, não raramente, um tanto invisíveis aos olhares das estatísticas oficiais”.

Marinucci (2008) apresenta dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), apresentam e confirmam a situação de brasileiros no exterior.

FIGURA 3.1 - MOVIMENTO MIGRATÓRIO BRASILEIRO

TABELA - 1 20 países de maior estimativa de brasileiros - 2007				
País	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa Posto	Estimativa Posto (% total)
Estados Unidos	1.490.000	843.505	1.240.000	40,73
Paraguai	515.517	204.890	487.517	16,01
Japão	310.751	310.000	310.000	10,18
Reino Unido	300.000	150.000	150.000	4,93
Portugal	160.000	69.518	147.500	4,84
Itália	132.000	110.000	132.000	4,34
Espanha	150.000	74.085	110.000	3,61
Suíça	60.000	22.861	55.000	1,81
Alemanha	59.338	21.211	46.209	1,52
Bélgica	43.638	3.625	43.638	1,43
Argentina	42.921	37.114	38.500	1,26
França	30.000	19.061	30.000	0,99
Canadá	20.850	11.210	20.650	0,68
Guiana Francesa	70.000	20.000	20.000	0,66
Uruguai	21.353	10.982	18.848	0,62
México	17.457	18.000	18.000	0,59
Holanda	25.000	13.964	16.399	0,54
Bolívia	46.600	13.774	15.091	0,50
Israel	15.000	15.000	15.000	0,49
Austrália	13.000	7.713	12.000	0,39
Total dos 20	3.523.425	1.976.513	2.926.352	96,11
Total de Brasileiros	3.735.826	2.059.623	3.044.762	100,00

Fonte: DAC/MRE

Conforme análise de Marinucci (2008) os Estados Unidos continuam sendo o país com a maior comunidade brasileira. Em 2007, cerca de 40% do total dos brasileiros no exterior moravam nesse país. Contudo, em termos latino-americanos, o principal destaque é representado pelo Paraguai, uma herança da maciça emigração limítrofe dos anos 80, podendo afirmar assim que depois dos Estados Unidos, o Paraguai é o país que mais recebe imigrantes brasileiros, sendo o primeiro na América do Sul.

Amaral (2007) esclarece o Brasil possui um total de nove tríplices fronteiras, porém, a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina é, de todas, a mais notória, pois um dos fatores que a diferencia das demais é a presença de três cidades de porte médio e o fluxo intensivo de pessoas devido às atrações turísticas e comerciais presentes na região.

Albuquerque (2009) informa que os imigrantes brasileiros no Paraguai vieram predominantemente dos três estados do sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, e em menor número de Minas Gerais e dos estados do Nordeste. Os emigrantes brasileiros, muitos deles descendentes de alemães e italianos, fundaram várias colônias no interior dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú.

3.1 Histórico da imigração brasileira no Paraguai

De acordo com estudos arqueológicos, apresentados por Amaral (2008), os indígenas foram os primeiros a habitarem o Sul do Brasil, norte da Argentina e região oriental do Paraguai. O povoamento de origem branca teve início em 1888 com a instalação da colônia militar de Iguaçu. O processo de povoamento começou tanto pelo Brasil quanto pela Argentina, após a Guerra do Paraguai, visando estabelecer postos com atuação na confluência do rio Iguaçu com o rio Paraná, pois a localidade estratégica tinha importância geopolítica para ambos os países. Até meados de 1940, o povoamento cresceu de maneira modesta.

No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, a situação começa a mudar. Segundo Costa (2009), o Paraguai atraiu grandes contingentes populacionais oriundos do Brasil em busca de condições mais vantajosas de compra fundiária. A parte oriental do Paraguai, região historicamente cobiçada devido a grande fertilidade de sua terra e que hoje é de extrema importância para as políticas estratégicas do Mercosul, tornou-se palco de um intenso fluxo migratório.

De acordo com Costa (2009, p.1):

Neste processo, um número expressivo de migrantes brasileiros se tornou proprietários de largas extensões de terras no Paraguai. E levando capitais juntamente com as técnicas de cultivo desenvolvidas no Brasil para o outro lado da fronteira, estes migrantes converteram-se nos principais responsáveis pela crescente produção agrícola da porção oriental do Paraguai.

Andersen (2009) informa que as migrações massivas de brasileiros acabaram transpondo a fronteira do Brasil para ocupar as terras férteis dos departamentos (equivalente a regiões no Brasil) fronteiriços de Alto Paraná, Itapua, Canindeyu, Amambay, Alto Paraná, Caaguazu, Concepción e San Pedro. Em meados de 1979, somavam-se 454.500 o número de brasiguaios vivendo no Paraguai, formado por pequenos, médios e grandes proprietários rurais, fortes cooperativas e grandes companhias do agronegócio. Ali se instalaram para o cultivo predominantemente da soja, reproduzindo o mesmo modelo agroexportador aplicado no sul do Brasil.

Segundo Albuquerque (2009) as denominadas modernização e mecanização da agricultura, com a expansão dos plantios de soja na década de 1970, favoreceram o deslocamento de muitos agricultores, posseiros e arrendatários das terras brasileiras próximas à fronteira para o Leste do Paraguai. Nesse contexto, o governo ditatorial do Paraguai efetiva um grande plano de colonização agrícola na região fronteira com o Brasil, facilitando a entrada de empresas e colonos estrangeiros nos departamentos fronteiriços. Os desdobramentos da Marcha para o Oeste no Brasil se encontraram com a Marcha al Este no Paraguai a partir da década de 1960.

O autor destaca que a Marcha al Este visava reassentar os camponeses que viviam na área central e mais populosa do Paraguai. Para isso foi criado o Instituto de Bienestar Rural (IBR) – atualmente Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra (Indert) –, responsável pela reforma agrária naquele país, e várias colônias oficiais. O governo paraguaio reformulou o estatuto agrário em 1963 e permitiu a venda de terras aos estrangeiros nas zonas de fronteira. Até o período, essa região tinha uma floresta tropical e era ocupada por grupos indígenas, traficantes de madeira e por empresas de extração da erva-mate, como a Mate Laranjeira. Com a mesma intenção de ocupar os "espaços vazios" e diminuir as tensões sociais da região central,

o governo implementou o plano de colonização e facilitou a entrada de brasileiros tanto na derrubada da mata como no plantio agrícola.

Albuquerque (2009) afirma que o deslocamento de milhares de trabalhadores para a construção da hidrelétrica de Itaipu e a indenização de vários camponeses que viviam no lugar do futuro lago de Itaipu também contribuíram para aumentar o fluxo migratório para o Paraguai na década de 1970 e 1980. Os brasileiros, vindos de diferentes unidades da federação, entraram no Paraguai principalmente através do limite internacional entre o Estado do Paraná e o departamento de Alto Paraná e entre o Estado do Mato Grosso do Sul e os departamentos de Canindeyú e Amambay.

Nas palavras de Andersen (2009, p. 142) Itaipu foi um projeto geopolítico, por excelência, e concebido com múltiplos objetivos:

Não visava somente fornecer a energia necessária ao desenvolvimento do “Brasil Potência”, concebido pelos militares. Sua construção representava a disputa Brasil-Argentina pelo poder regional e a hegemonia do continente sul-americano, nos anos da Guerra Fria. Foi construída sob um rio internacional, compartilhado, contíguo e sucessivo da Bacia do Prata, à montante do território argentino, o rio Paraná. É na “tríplice fronteira”, formada pelos limites territoriais entre Brasil, Paraguai e Argentina que Itaipu foi edificada.

Para Albuquerque (2009) as estratégias geopolíticas de aproximação entre o Brasil e o Paraguai (construção da ponte da Amizade, hidrelétrica de Itaipu) favoreceram a entrada de muitos brasileiros no território paraguaio.

Em sua opinião, não se pode concluir categoricamente que a presença de milhares de brasileiros na fronteira do Paraguai tenha sido somente obra das políticas governamentais do Brasil e do Paraguai. O que existiu foi uma junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional, devido à concentração da propriedade nos estados do Sul do Brasil, com os interesses geopolíticos dos governos brasileiro e paraguaio em controlar e desenvolver a região leste daquele país.

Como informa Palau (2001) a experiência histórica comprova que apesar do retorno de importantes contingentes de brasileiros ao seu país, no transcurso década de 80, igualmente continuaram chegando ao Paraguai novas camadas de imigrantes. Ainda que em menor proporção, o mesmo continuou ocorrendo durante a década de 90. Supondo, ainda, que os que regressaram foram mais numerosos que os que entraram, o certo foi que o processo se materializou através de tendências contraditórias, somente explicáveis pelas variações de comportamento econômico dos dois países.

Segundo Albuquerque (2009) os brasileiros que vivem no Paraguai podem ser classificados como: 1) proprietários de terras, comerciantes e madeireiros, com documentos regularizados e estratégias de integração na vida política e econômica local; 2) pequenos proprietários de terra com algumas outras atividades espalhados por toda a faixa de fronteira; 3) empregados nos setores agrícola, comercial e madeireiro; 4) ex-arrendatários no Alto Paraná que hoje são peões que trabalham em outros departamentos de forte presença brasileira; 5) os que estão em situação marginal; 6) aqueles ligados ao crime organizado.

Ele complementa que os emigrantes brasileiros, que conseguiram ascender socialmente ao longo das últimas décadas, controlam setores importantes da economia, da política e da cultura local em algumas cidades paraguaias (Santa Rita, Santa Rosa de Monday, Naranjal, San Alberto, etc.).

3.2 Os “brasiguaiois”

De acordo com Albuquerque (2009) o termo foi criado em 1985, no período do retorno para o Brasil do primeiro grupo organizado de imigrantes brasileiros. Os "brasiguaiois" teriam sido "expulsos" daquele país por causa da concentração da terra, da mecanização da agricultura, do fim dos contratos de arrendamento e dos créditos agrícolas durante a década de 1980.

Costa (2009) esclarece que originalmente o termo “brasiguai” foi utilizado para designar o agricultor brasileiro que migrou para o Paraguai em busca de terra. Esta migração, todavia, gerou – e continua gerando – diversas tensões no campo paraguaio, o que fez com que milhares de agricultores retornassem ao Brasil para reivindicar terras. E é na grande volta organizada, de 1985, que estes camponeses – que não tinham cidadania nem paraguaia nem brasileira, ficaram conhecidos como “brasiguaios”.

De acordo com Ferrari (2007, p.119), a expressão “brasiguai” foi criada primeiramente com o intuito de organização:

Os camponeses e trabalhadores rurais pobres de toda ordem expulsos do campo paraguaio pela modernização agrícola que chegava ao vizinho país no início dos anos 1980, foram forçados pelas condições impostas, a se reimigrarem novamente para seus rincões natais e, em 1985 cerca de mil famílias desses camponeses expulsos, ergueram um imenso acampamento no município de Mundo Novo, ao Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse momento histórico, nascia a expressão brasiguai que, posteriormente, tornou-se uma identidade no processo de luta para essa gente.

No entanto, para Albuquerque (2009) a identificação “brasiguai” é imprecisa e bastante mutável. A categoria nativa pode ser atribuída: 1) ao imigrante pobre que foi para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, regressou ao Brasil; 2) aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; 3) aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia; 4) aos imigrantes e seus descendentes que falam um “idioma fronteiro” e mesclam outros elementos culturais dos dois países; 5) a todos os imigrantes brasileiros na nação vizinha.

Segundo ele, à primeira vista, o termo poderia ser entendido como uma identificação fronteira e híbrida, formada a partir da junção de duas identificações nacionais, ou seja, seriam ao mesmo tempo brasileiros e paraguaios. Contudo, os espaços de hibridismo cultural nessas cidades fronteiras e na linguagem das novas gerações não se traduzem em hibridismo “identitário”. O termo “brasiguai” adquiriu

sentidos variados ao longo das duas últimas décadas, funcionando como uma identificação ambígua, situacional e negociada conforme os interesses que necessitavam ser explicitados ou ocultados.

Sprandel (2010) também é da mesma opinião ao explicar que os “brasiguaios”, já se encontram em sua terceira geração, e formam um grupo variado e heterogêneo, que não pode ser descrito de forma tão incompleta. “Não são uma coisa híbrida. Já há duas gerações desde a formação desse grupo de fronteira, então o sentimento de pátria é diferente daquele de quase quatro décadas atrás.” Os brasileiros da fronteira atual, segundo ela, não gostam dessa denominação, e os parentes daqueles, os “brasiguaios” originais, que acamparam na região da fronteira, preferem se assumir brasileiros ou paraguaios.

A autora reclama contra a simplificação deste personagem político. “Enquanto no Brasil ele é visto como sofredor, responsável pelo progresso da região, mas sem apoio do governo do país, no Paraguai ele é apontado como vilão, imperialista e responsável pela expulsão dos camponeses nativos”.

Zaar (2001) complementa ao afirmar que muitos agricultores brasileiros residentes na República do Paraguai, não aceitam serem identificados com “brasiguaios”. Provavelmente se sentem diferentes dos demais, pelo fato de ainda não terem sido vítimas das invasões dos camponeses paraguaios, o que os possibilita continuar a trabalhar nas suas terras, ou também pelo fato de terem alcançado uma certa estabilidade econômica.

Segundo ela nos acampamentos, ao mesmo tempo que a expressão “brasiguaios” é utilizada perante a sociedade para fortalecer o movimento e as reivindicações, internamente, muitos deles não se identificam desta forma. Ao contrário se identificam com as tradições regionais vividas pelos pais e avós. Assim filhos e netos de pais gaúchos se “sentem” gaúchos, filhos e netos de pais nordestinos se “sentem” nordestinos e jamais “brasiguaios”, apesar de terem nascidos em território paraguaio.

3.3 Confrontos entre “brasiguaios” e paraguaios

Ávila (2007) informa que nos anos recentes, a situação migratória dos brasileiros residentes no Paraguai tem se caracterizado por uma crescente tensão. Especialmente preocupantes são os freqüentes questionamentos e ataques a latifundiários brasileiros por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraguai. Tais divergências, junto à presença de uma considerável quantidade de indocumentados brasileiros, entre outros temas, tem despertado a atenção dos governos e sociedades de ambos países. Acrescente-se o fato de que milhares de trabalhadores brasileiros, que vivem na cidade de Foz do Iguaçu, se deslocam diariamente para trabalhar na Cidade de Leste, especialmente nas atividades comerciais, já que essa última é uma importantíssima comunidade dedicada à reexportação de bens e serviços para o mercado brasileiro.

Para Costa (2009, p.13) apesar de ter provocado um surto econômico à região da fronteira, a presença dos brasileiros gerou um sentimento nacionalista e até xenófobo entre os paraguaios:

Além da questão da terra, os camponeses também colocam em sua bandeira de luta a identidade nacional. Estes criticam a diluição da cultura local causada pela predominância dos estrangeiros que falam sua própria língua (o português), que usam sua própria moeda, hasteiam sua própria bandeira e são os donos das melhores terras.

Então ao invés de integração entre nativos e imigrantes (paraguaios e “brasiguaios”), o que vem ocorrendo são conflitos que se aproximam da xenofobia (aversão a estrangeiros). Os paraguaios acusam os brasileiros de ocuparem suas terras, afirmando que elas foram ilegalmente adquiridas, em prejuízo do povo nativo. Invasões lideradas por Movimentos de Sem-Terra têm ocorrido, expulsando pequenos produtores “brasiguaios” de suas lavouras e impedindo que eles vendam ou plantem nas terras que habitam e cuidam há pelo menos vinte anos. Parte dos brasileiros não consegue comprovar na Justiça que são donos das terras, pois muitos fizeram acordos, quando chegaram à região, com colonos paraguaios, sem registro de títulos. Há cerca de 20 anos, o governo paraguaio demarcou e distribuiu, em alguns departamentos

(estados), a título de reforma agrária 10 hectares de terra para camponeses nativos, que, por não terem intimidade com a lavoura, acabaram vendendo a gleba para brasileiros, muitas vezes em acordos verbais.

Os paraguaios acusam os brasileiros de se segregarem: de falarem sua própria língua, de usarem uma moeda própria, de hastearem a bandeira de outro país e de possuírem as melhores terras em território paraguaio. Numa onda forte de nacionalismo, reclamam de que a segunda língua dos filhos dos brasiguaios é o português, em vez do guarani. Em discursos inflamados afirmam que há uma ameaça real à soberania do Paraguai, que precisa recuperar e fazer valer a própria identidade. As futuras autoridades acusam agricultores brasileiros de violarem a lei ambiental que proíbe o uso de alguns produtos químicos, de não preservarem, como exige a lei florestal, as terras localizadas nas proximidades dos rios paraguaios e de possuírem grandes extensões de terra, apesar de serem estrangeiros. Os brasiguaios alegam que seus filhos sempre foram discriminados na escola e que a Justiça paraguaia está contaminada pela política anti-Brasil que vigora no país.

Albuquerque (2009) afirma que os sentimentos nacionalistas em relação ao território e à língua guarani e os ressentimentos do período da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) afloram nos discursos dos camponeses paraguaios. Os brasileiros são acusados de "invasores", "novos bandeirantes", "herança de Stroessner", etc. Por sua vez, os imigrantes brasileiros assumem também uma postura nacionalista e destacam sua superioridade tecnológica e cultural. Eles se autodefinem como "trabalhadores", "pioneiros" e pertencentes a um país mais desenvolvido. Nos contextos conflituosos de forte expressão nacionalista, os imigrantes brasileiros geralmente enfatizam o tamanho do território e o desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil comparado com os outros países vizinhos.

O autor ressalta que o nacionalismo de alguns países vizinhos, especialmente do Paraguai, se constitui como uma espécie de reação às políticas dos países mais poderosos da região. O nacionalismo paraguaio se firma no contraste com a Argentina e com o Brasil desde o período de sua independência em 1811. Ele está

relacionado à noção de resistência militar e cultural e manifesta-se mediante as memórias das guerras – Guerra da Tríplice Aliança (1865-70) e Guerra do Chaco (1932-35) – e da defesa da língua guarani como elemento cultural que distingue a nação paraguaia dos demais países limítrofes.

Em um primeiro momento, os brasileiros tiveram facilidade no acesso a terra e nos contratos de arrendamento. Porém, como informa Costa (2009), a situação transfigurou-se. Além dos conflitos mencionados, estes agricultores começaram a presenciar o mesmo processo de mecanização da lavoura e a transformação das terras em pastagens – que outrora os “expulsou” do Brasil. Ademais, sentia-se entre a população paraguaia o crescimento de sentimento xenófobo devido à postura destes imigrantes.

Nas palavras de Miriam H. Zaar (2001):

Sentimento que talvez represente uma mescla de desprezo e medo por um grupo que não se integrou a sociedade guarani, ao contrário, manteve e impôs uma estrutura cultural distinta, e que por isto, representa uma ameaça a identidade guarani enquanto grupo étnico.

Para ela outro motivo de atrito entre os brasileiros e a população local está relacionado a questões raciais. Os colonos brasileiros, em sua maioria, possuem pele clara e olhos azuis enquanto os paraguaios são de origem indígena. Transmissões de rádio na língua local, guarani, encorajam os camponeses sem-terra paraguaios a incendiarem as casas e as terras dos brasileiros e a invadir suas propriedades – fazendas e lojas. Esta postura teve como reação na imprensa brasileira questões de limpeza étnica. Os brasileiros também se queixam das discriminações sofridas por seus filhos nas escolas e das intimidações impostas pelas autoridades de migração, uma vez que a maioria dos “brasiguaios” nunca recebeu documentos de identidade paraguaios. Ao mesmo tempo, muitos brasileiros nascidos no Paraguai não conseguem ter acesso a documentos brasileiros. As dificuldades geradas pela ausência de cidadania vêm dificultando, assim, tanto a vida no Paraguai como a tentativa de retorno ao Brasil.

Segundo Albuquerque (2009) a maioria dos conflitos que ocorreu, nas duas últimas décadas, na fronteira leste do Paraguai foi ocasionada por disputas de terra entre os movimentos camponeses paraguaios e imigrantes brasileiros que são proprietários de fazendas naquele país. A respeito disso, algumas observações preliminares são importantes: 1) os movimentos camponeses, embora "invadam" predominantemente as propriedades dos imigrantes brasileiros, também ocupam grande número de outros estrangeiros que vivem no Paraguai (alemães, menonitas, árabes, coreanos, chineses e norte-americanos) e dos próprios latifundiários paraguaios, principalmente de militares que conseguiram grandes faixas de terra durante a ditadura de Stroessner; 2) os conflitos envolvendo "brasiguaios" e campesinos não se resumem à disputa pela terra; estão relacionados à destruição florestal e uso de agrotóxicos nas lavouras de soja, bem como ao confronto político entre camponeses e prefeitos "brasiguaios".

De acordo com ele os confrontos entre brasileiros, vários descendentes de alemães e italianos, e camponeses paraguaios com forte herança indígena podem ser vistos também como conflitos inter-étnicos. As comunidades de imigrantes são geralmente definidas pela sociologia e antropologia como grupos étnicos. A crença subjetiva numa comunhão e as lembranças de origem comum acentuariam, nos imigrantes, o sentimento de pertença a uma comunidade com diferentes costumes e outros aspectos externos de diferenciação. Os contrastes entre esses "grupos étnicos" acentuam as identificações coletivas, os preconceitos e formas negativas de classificação do "outro".

Para Ferrari (2007) a questão cultural, como por exemplo, a tentativa de imposição da língua portuguesa, dos símbolos, como os CTGs, foram fatores culminantes para legitimar as atrocidades praticadas contra esses trabalhadores e, também para a deflagração de conflitos entre camponeses imigrantes, os chamados brasiguaios e campesinos paraguaios, intensificando, por conseguinte, a partir da década de 1990, com o advento e avanço do agronegócio na região em questão.

3.4 Identidade “brasiguiaia”

Na opinião de Souchard (2001 apud SPRANDEL, 2006), os brasileiros estruturaram um espaço original - um novo espaço na América do Sul, a fronteira leste do Paraguai - chamado de “brasiguiaio”, um espaço que já não é totalmente paraguaio e muito menos extensão do oeste do Brasil meridional. Um território de contato entre estruturas territoriais locais, nacionais, macroregionais e até mundiais.

Como explica Albuquerque (2009) os imigrantes não estão presentes somente no poder econômico e político local. É bastante significativa a influência cultural (língua portuguesa, meios de comunicação, religião, música, danças, tradições e culinária) do Brasil nessa ampla zona de fronteira. As músicas tocadas nos bares e nos carros de som são predominantemente brasileiras e os grupos musicais que vão tocar nos bailes são contratados geralmente no Brasil. Nas festas da Exposoja, que ocorrem nessas localidades, predomina a "cultura brasileira", do idioma à culinária. As danças gaúchas são divulgadas e apreciadas nos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) que existem em algumas cidades, como no caso do Centro Índio José em Santa Rita. Os meios de comunicação, principalmente os canais de TV brasileiros, reforçam a presença do português nessas regiões nos últimos 20 anos. As estradas asfaltadas e a compra de antenas parabólicas durante a década de 1990 aproximaram esses imigrantes do Brasil. Atualmente, quase todos os "brasiguaios" conseguem antenas parabólicas. Portanto, é a imagem do Brasil que está presente no cotidiano desses moradores fronteiriços. Embora os jovens e as crianças estudem espanhol, história e geografia paraguaias na escola, muitas referências cotidianas são emitidas do Brasil via satélite.

Segundo ele nos municípios onde os "brasiguaios" são maioria tendem a predominar os valores culturais destes, ou seja, são os paraguaios que se adaptam à "cultura brasileira" (idioma, música, danças). Porém, nas localidades onde os imigrantes são minoria, terminam aprendendo com mais rapidez e interesse o guarani e o espanhol e algumas manifestações culturais locais, inclusive porque se sentem mais pressionados a se comunicar nas línguas nativas. A diversificação das atividades

econômicas nessas pequenas cidades tem atraído novos brasileiros, mas também paraguaios de outras regiões do país que vão atrás de emprego no comércio local.

3.5 Políticas públicas e organizações internacionais

De acordo com Sprandel e Schelb (2003), percebe-se que os brasileiros no exterior têm solicitado do governo brasileiro, em diversos momentos históricos, terras, documentação e regularização da sua situação migratória, repatriamento, atendimento a presos e detidos, políticas públicas e direito de representação políticas. Foi mobilizado o Poder Legislativo, como mediador, a sociedade e as entidades de defesa dos Direitos Humanos.

Em relação aos brasileiros no Paraguai, nas décadas de 1970 e 1980, seus problemas eram analisados à luz da matriz militar. Com o governo militar preocupava com a segurança nacional. Para que a comunidade organizada formada de brasileiros que vivem no Paraguai e países vizinhos receba um tratamento justo, com seus direitos.

As organizações citam que os brasileiros que vivem no Paraguai e circulam pela tríplice fronteira sob uma perspectiva humanitária, na qual existe a valorização de atores e programas locais. A migração internacional tem sido tratada preferencialmente no campo dos acordos de segurança pública.

Essa tendência de criminalização das migrações em geral, é um dos aspectos mais preocupantes e mais difíceis, onde vivem milhares de brasileiros e seus descendentes. Nesse sentido, a atuação dos organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho e o Fundo das Nações Unidas para Infância, que trabalham diretamente com governantes locais e com a sociedade civil organizada, tem sido fundamental para estabelecer processos mútuos de conhecimentos, trocas de experiências e ações em conjunto.

Uma parceria entre a Organização Internacional para a Migração (IOM), o governo paraguaio e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil prepara projeto piloto para regularizar os imigrantes brasileiros que vivem em território paraguaio, os chamados brasiguaios.

Não há cálculos exatos sobre quantos estariam na ilegalidade, mas a disputa por terras na região leva a conflitos constantes entre brasileiros e paraguaios. Projeções do Itamaraty indicam que existam entre 80 mil e 150 mil brasileiros morando no país vizinho. Os números para a IOM são mais elevados, de 150 mil a 250 mil, alguns ilegais e outros como proprietários de terras. O trabalho de migrantes brasileiros se baseia na agricultura, no pequeno comércio e no setor informal.

O programa de regularização será implementado pela Direção de Migração do Paraguai e do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores dos dois países com apoio técnico da IOM. As negociações integram os acordos migratórios assinados pelos membros de pleno direito do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

3.6 Legislação e tratados Brasil e Paraguai no âmbito dos direitos humanos

A Constituição brasileira, conforme está estabelecido no artigo 1º, está baseada na soberania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político. No artigo 4º, no qual estabelece os princípios nas relações internacionais com outros países, também enumera-se a prevalência dos direitos humanos. Complementarmente, de acordo com a sistemática trazida pela Constituição brasileira, compete ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, atos ou acordos internacional (art. 49, I), sendo conferido aos tratados internacionais que versem sobre a proteção dos Direitos Humanos a hierarquia de norma constitucional (art. 5º, §2º), inovação esta trazida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2005.

Flávia Piovesan (2007) destaca que a partir do momento em que o Brasil se propõe a fundamentar suas relações internacionais com base na prevalência

dos direitos humanos, está ao mesmo tempo reconhecendo a existência de limites e condicionamentos à noção de soberania estatal, ao modo pelo qual tem sido tradicionalmente concebida.

Já a Constituição do Paraguai dispõe sobre a garantia pelo respeito aos direitos humanos, a paz, a justiça, a cooperação e o desenvolvimento político, econômico, social e cultural. (art. 145) Os direitos fundamentais estão elencados no capítulo V da Constituição, dispondo sobre os direitos, as garantias e as obrigações. A Constituição também fixa deveres que devem ser cumpridos por todos da sociedade, enuncia a liberdade individual, reconhece o direito de asilo, a igualdade de todos os habitantes do Paraguai, tanto em termos de dignidade como de direitos, além de demonstrar que os direitos e garantias não são exaustivos. (arts. 12, 43 e 45)

De acordo com a Constituição paraguaia os tratados internacionais devidamente celebrados se incorporam à ordem jurídica interna, sendo que os que versem sobre a proteção dos Direitos Humanos somente poderão ser denunciados por procedimento semelhante ao reservado para a emenda constitucional (arts. 137, 141 e 142). De suma importância é o disposto no art. 145, que dispõe sobre o ordenamento jurídico supranacional. De acordo com o mencionado artigo: *“La República del Paraguay, en condiciones de igualdad con otros Estados, admite un orden jurídico supranacional que garantice la vigencia de los derechos humanos, de la paz, de la justicia, de la cooperación y del desarrollo, en lo político, económico, social y cultural. Dichas decisiones sólo podrán adoptarse por mayoría absoluta de cada Cámara del Congreso”*.

Sendo assim as Constituições dos dois países estão baseadas na dignidade da pessoa humana enquanto princípio que norteia a defesa dos direitos fundamentais. Além disso, asseguram o direito de ir, vir e ficar, entrar e sair dos seus territórios a qualquer momento - *jus libertatis* -, sem discriminação de nacionalidade, posto que do contrário configura grave abuso contra os Direitos Humanos de todos os trabalhadores residentes nos países da tríplice fronteira.

Também o MERCOSUL (Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai), Bolívia e Chile estabeleceram que todo esse território constitui uma Área de Livre Residência com direito ao trabalho para todos seus cidadãos, sem exigência de outro requisito além da própria nacionalidade. A Área de Livre Residência foi estabelecida na reunião de cúpula de Presidentes em Brasília, mediante o "Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile" assinado em 6 de dezembro de 2002. Assim, cidadãos de quaisquer países do Mercosul, natos ou naturalizados há pelo menos cinco anos, terão um processo simplificado na obtenção de residência temporária por até dois anos em outro país do bloco, tendo como exigências o passaporte válido, certidão de nascimento, certidão negativa de antecedentes penais e, dependendo do país, certificado médico de autoridade migratória.

Também sem necessidade de vistos ou burocracias, a residência temporária, no decurso do prazo, pode se transformar em residência permanente com a mera comprovação de meios de vida lícitos para o sustento próprio e familiar. A simplicidade visa facilitar o intercâmbio entre os países, tendo assim expresso, além da facilidade de entrada, a garantia de direitos fundamentais de todos os que migrarem de um país a outro. Além das liberdades civis - direito de ir e vir, ao trabalho, à associação, ao culto e outros, do direito de reunião familiar de transferência de recursos, o Acordo faz avanços em duas áreas importantes: a trabalhista e a educacional.

No Tratado de Assunção (1991) – assinado por Brasil e Paraguai, além de Argentina e Uruguai – e no Protocolo de Ouro Preto (1994) que define as regras do Mercosul, ademais da legislação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), consta a proteção dos cidadãos-trabalhadores independentemente das suas nacionalidades e que os mercados nacionais devem ser integrados para a cooperação internacional visando a ampliação da economia com justiça social, para o direito de livre circulação de bens e serviços, com especial atenção aos países e regiões menos desenvolvidas.

CONCLUSÃO

Os emigrantes não podem ter seus direitos desrespeitados, em razão de seu caráter migratório ou de qualquer outra ocasião. O poder de soberania, dos Estados tem seus limites e suas políticas de deportação e expulsão devem respeitar as normas impostas, pelo Direito Internacional.

A Organização das Nações Unidas afirma na Resolução 60/251 que é responsabilidade de todos os Estados respeitarem os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos, sem distinção de nenhum tipo por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião pública, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou outra condição.

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, todos os Países-Membros da ONU ratificaram tratados internacionais de direitos humanos e outros instrumentos legais como declarações, princípios e regras existem dezenas de outros tratados na área de direitos humanos que não são legalmente obrigatórios, mas que possuem um inegável poder moral e guiam os Estados em suas políticas locais na área de direitos humanos. Assumindo assim, a obrigação legal de implementar os direitos estabelecidos nesses tratados, porém assinar um documento é somente o primeiro passo, já que somente isto não garante que os direitos sejam respeitados. Por isso a atuação da Organização das Nações Unidas é de fundamental importância na monitoração da implementação desses direitos.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) é responsável pela aplicação dos objetivos da ONU no âmbito do território americano, inclusive Brasil e Paraguai. A Comissão Interamericana e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgãos que a compõem, exercem funções, respectivamente, de monitoração e aplicação dos tratados pelos Estados.

A mobilização de entidades da sociedade civil também contribuem para para a diminuição dos sofrimentos e melhorar as condições da vida diária dos

emigrantes, na identificação das características do fenômeno migratório, em diferentes países e na denúncia de situações de violação de direitos humanos.

Seminários e encontros de especialistas governamentais e não-governamentais são realizados cada vez com mais frequência na busca de soluções relativas, aos casos de proteção dos migrantes. A preocupação em nível universal é necessária uma vez que a proteção dos migrantes, em crescente número em diferentes partes do mundo, tem refletido em toda comunidade internacional.

A atuação conjunta e contínua entre sociedade, Estado e organizações de direitos humanos possibilitaria ao emigrante a oportunidade de ter seus direitos preservados, valorizando-o como ser humano em detrimento de qualquer interesse que o prejudique. É a consciência humana, que melhor governa as relações entre os seres humanos, seja individualmente ou grupos. É a consciência jurídica universal, que move o Direito Internacional, como fonte material. Deve-se proteger o ser humano para chegar ao objetivo básico de realização da justiça e se garantir os Direitos Humanos dos emigrantes pelo mundo.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Sigrid. *Novos tempos para Itaipu e os brasiguaios?* Disponível em: <<http://www.politicademocratica.com.br/pdf/PD24.pdf#page=141>>. Acesso em: 26 abr. 2010.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: Deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais.* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832009000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 abr. 2010.

AMARAL, Arthur Bernardes do. *A questão da tríplice fronteira no tempo presente.* Disponível em: <<http://www.tempopresente.org>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Políticas públicas para as migrações internacionais: Migrantes e refugiados.* In: MILESI, Rosita (Org.). 2 ed. Brasília: 2007.

AVILA, Carlos Federico Dominguez. *O Brasil diante da dinâmica migratória intra-regional na América Latina e Caribe: Tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era.* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292007000200008&script=sci_arttext&lng=es>. Acesso em: 26 abr. 2010.

AVILA, Carlos Federico Dominguez. *Migração, globalização e relações internacionais: Em busca de novas interpretações fundamentadas em evidências latino-americanas recentes.* Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

BOUCAULT, Carlos Eduardo; MALATIAN, Teresa. *Políticas Migratórias: Fronteiras dos direitos humanos no século XXI.* Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. O princípio da identidade cultural dos povos e a imigração: Desafios para a internacionalização dos direitos humanos. In: ANNONI, Danielle (Org.). *Os novos conceitos do novo direito internacional: Cidadania, democracia e direitos humanos.* Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Senado Federal, 2005.

BRITO, Sérgio Ramos de Matos. *Direitos humanos na organização dos estados americanos: Análise da atuação brasileira ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. Disponível: <<http://www.escola.agu.gov.br/revista/2008>>. Acesso em: 3 abr. 2010.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto; SUPPLY, Eduardo Matarazzo. *Refúgio, Migrações e Cidadania*. Caderno de debates, Brasília: IMDH, v.3, n. 3, 2008, p. 92.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *La nueva dimensión de las necesidades de protección del ser humano en el Inicio del siglo XXI*. San José: GrossEstra, 2001.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos – Volume III*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.

CASTRO, Mary Garcia. Migrações internacionais e políticas: Algumas experiências internacionais. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Migrações internacionais: contribuições para as políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

CAVARZERE, Thelma Thais. *Direito da pessoa humana: A circulação de pessoas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNRIC). *Principais órgãos das Nações Unidas*. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/26496?start=4>>. Acesso em: 11 mai. 2010.

COSTA, Jessica Ausier. *As relações bilaterais Brasil: Paraguai e a problemática dos "brasiguaios"*. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 16 abr. 2010.

Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Bem-vindos*. Disponível em: <www.corteidh.or.cr>. Acesso em: 11 mai. 2010.

Declaração Universal Dos Direitos Humanos. Especial 60 anos da Declaração Universal Dos Direitos Humanos (DUDH). Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/>>. Acesso em: 11 mai. 2010.

DIREITOS HUMANOS NA INTERNET (DHNET). *Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em: 11 mai. 2010.

FERRARI, Carlos Alberto. *Brasiguaios na fronteira: Luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade*. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

GARCIA, Emerson. *Proteção internacional dos direitos humanos: Breves reflexões sobre os sistemas convencional e não-convencional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2009.

GIANELLA, Berenice; CASTANHEIRA, Beatriz. *Mecanismos de Implementação dos Direitos Humanos no âmbito da ONU e da OEA*. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

HAUSER, Denise. *La protección internacional de los derechos humanos y el derecho internacional del desarrollo*. In: ANNONI, Danielle (Org.). *Os novos conceitos do novo direito internacional: Cidadania, democracia e direitos humanos*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

LEÃO, Renato Zerbini. *La construcción jurisprudencial de los sistemas europeo e interamericano de protección de los derechos humanos em materia de derechos econômico, sociales y culturales*. Porto Alegre: Ed. Núria Fabris, 2009.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *A universalidade dos direitos humanos e o direito à vida: Comentários à luz dos Ensinamentos do prof. Augusto Cançado Trindade. Os rumos do direito internacional dos direitos humanos*. Porto Alegre: Ed. Núria Fabris, 2005.

MARINUCCI, Roberto. *Brasileiros e brasileiras no exterior: Apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: <<http://www.csem.org.br>>. Acesso em: 27 abr. 2010.

MARTINS, Fernando. *A política externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU: Uma doutrina histórico-jurídica*. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Tratados internacionais de direitos humanos e direito interno*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. *Migrantes e Refugiados: Por uma Cidadania Universal*. Brasília: IMDH, 2006.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 18 mar. 2010.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 11 mai. 2010.

NAÇÕES UNIDAS. *Resolução 60/251, de 3 de abril de 2006*. Estabelece o Conselho de Direitos Humanos. Genebra, 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/>>. Acesso em: 11 mai. 2010.

NADER, Lúcia. *O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU*. Disponível em: <http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo7.php?artigo=7,port,artigo_nader.htm>. Acesso em: 11 mai. 2010.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *Your Human Rights*. Disponível em: <<http://www.ohchr.org>>. Acesso em: 11 mai. 2010.

PALAU, Tomás. Brasiguaios. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Migrações internacionais: Contribuições para as políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

PARAGUAI. Constituição (1992). *Constitución de la República de Paraguay*. Asunción: 2002.

PATARRA, Neide Lopes. *Governabilidade das migrações internacionais e direitos humanos: o Brasil com país como país de emigração*. Rio de Janeiro: MRE, 2008.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 7 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

RODRIGUES, Simone Martins. *Inserção internacional de Quasi-Estados no século XX: A política das Nações Unidas*. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UnB/ipr/rel>>. Acesso em: 12 de abril 2010.

RODRIGUEZ CHÁVEZ, Ernesto. *Migración, integraci3ns regional y la experi3ncia de la Conferencia Regional sobre migraci3n o grupo de Puebla*. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Migra33es internacionais: Contribui33es para as pol3ticas*. Bras3lia: CNPD, 2001.

SPRANDEL, M3rcia. *Brasileiros na fronteira com o Paraguai*. Dispon3vel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200011>. Acesso em: 9 mar. 2010.

SPRANDEL, M3rcia Anita. *Termo "Brasiguaios" 3 simplista e defasado*. S3o Paulo, 2009. Entrevista concedida a Daniel Buarque em 26 jul. 2009. Dispon3vel em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

SPRANDEL, M3rcia; SCHELB, Guilherme Zanina. *Pol3ticas p3blicas para o atendimento das demandas de cidad33s brasileiros no exterior*. Primeiras observa33es. Bras3lia, 2003.

VILLA, Miguel; MART3NEZ PIZARRO, Jorge. Tendencias y patrones de la migraci3n internacional em Am3rica Latina y el Caribe, in CEPAL: *La migraci3n internacional y el desarrollo en las Am3ricas*, Na333es Unidas. Santiago de Chile, 2001.

ZAAR, Miriam H. *A migra333o rural no oeste paranaense/ Brasil: A trajet3ria dos "brasiguaios"*. Dispon3vel: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>>. Acesso em: 1 mai. 2010.